

Três advogados na primeira pessoa

José Miguel Júdice, Agostinho Pereira de Miranda e Rita Maltez foram os advogados a que o programa Direito a Falar, uma parceria entre o Advocatus e o Económico TV, deu voz durante o mês de julho

Olhar crítico sobre a atualidade

Na entrevista ao “Direito a Falar”, o sócio PLMJ e coordenador da equipa de Arbitragem da sociedade, José Miguel Júdice, debruçou-se sobre a decisão do Tribunal Constitucional relativamente ao corte dos subsídios. Para considerar que com esta decisão o “PS deu uma grande alegria ao Governo”. Agora – argumentou – existe um motivo para que todos percam os subsídios de férias e Natal. Quanto à decisão do Tribunal Constitucional sobre o pedido de fiscalização sucessiva do Orçamento do Estado 2012, considerou que será mais uma forma de o Estado “meter mais um pouco a mão no bolso” dos cidadãos. A propósito dos problemas financeiros do Estado, Júdice apontou como solução o despedimento de alguns funcionários públicos, porque “se uma entidade não tem capacidade de manter todo o emprego, a única forma sensata é despedir para manter o emprego daqueles que podem ficar”.

E lamentou que as reformas continuem a ser feitas do lado que “dói menos”, ou seja dos impostos, ao invés de se apostar na redução do peso do Estado. Quanto à reforma da Justiça, disse preferir esperar para ver, dado que por agora “é muito conversa”.



Idealista da advocacia

Agostinho Pereira de Miranda, sócio-presidente da Miranda Correia Amendoeira & Associados, marcou presença no “Direito a Falar” onde se apresentou como um idealista da advocacia. “Alguém tem de lutar pelos melhores valores da advocacia”, defendeu. Especialista na área de Petróleo e Gás, reconheceu que Portugal tem feito um grande esforço para diminuir a dependência energética. Com sucesso, ainda que só se tenha conseguido reduzir a dependência exterior em três por cento. Defendeu que é necessário continuar a investir nas energias renováveis, mas alertou que é essencial estar atento aos avanços tecnológicos. Quanto ao investimento estrangeiro, expôs a convicção de que enquanto não houver a certeza de que Portugal fica no Euro os investidores não querem investir em Portugal. A sociedade de que é sócio presidente está prestes a comemorar 25 anos e o objetivo agora é enfrentar os próximos 25 com três grandes preocupações: manter a qualidade do trabalho, ter uma marca de independência e integridade e, por fim, manter a equipa. Relativamente aos problemas da justiça, defendeu que advogados, juizes e magistrados do Ministério Público não têm sabido ajudar o sistema a funcionar. Classificou as reformas encetadas pela ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, como “ambiciosas, corajosas e acertadas”, mas disse acreditar que esta reforma não irá resolver os problemas mais profundos da justiça. Só um “arranjo constitucional” o permitiria.



Partilha de ideais

Rita Maltez, advogada há mais de 20 anos, enveredou recentemente por um novo projeto, a Pares Advogados. A motivação para se lançar neste projeto surgiu da partilha de um conjunto de ideias com alguns colegas sobre a forma como gostam de desenvolver a advocacia. “Queremos e gostamos de ser advogados”, justificou.

Em entrevista ao “Direito a Falar”, disse compreender o sentimento de injustiça relativamente à reforma em curso. Realçou que há um aspeto que tem sido esquecido, que é o facto de as pessoas valorizarem os tribunais como um elemento de identidade. Embora acreditando que as reformas se orientam no sentido de melhorias efetivas na Justiça, deixou o receio de que a adoção de certas medidas se traduza na perda de garantias para as pessoas. O “ímpeto legislativo e reformista segue o sabor do tempo sem dar grande importância à arquitetura do sistema”, defendeu.

Quanto ao programa exigido pela *troika*, sustentou que deverá ser ajustado, pois Portugal não conseguirá cumprir com todas as metas exigidas.

Apassionada pelo Direito, a advogada aproveita o tempo livre para desenvolver alguns hobbies, ainda que relacionados com a sua área de formação. Recentemente, publicou um livro sobre Justiça para crianças e é dinamizadora de dois blogues, um sobre Corporate Governance e outro sobre cultura.

